

Candidaturas indígenas no extremo sul da Bahia¹

Cinthy Valéria Nunes Motta Kós (UFSB/Fapeb).

Candidaturas; antropologia política; processos eleitorais.

Introdução

Neste trabalho iremos focar a aproximação, inserção e desenvolvimento de grupos indígenas com as instituições políticas do Estado, mais especificamente na participação em pleitos eleitorais para ocupação de cargos tanto do sistema proporcional como do majoritário. Subcampos científicos, como antropologia política, antropologia do Estado e etnologia indígena tem apresentado diversas interpretações sobre o fenômeno político entre os povos indígenas e tribais. Os evolucionistas social, acreditavam que estas sociedades eram “sem Estado” por não terem complexidade para organizar instituições em tais moldes. Pierre Clastres (1974) defendia que não havia interesse e que na verdade estes povos eram contra a constituição de um poder centralizado. Nem incluídos, nem completamente alheios aos processos políticos estatais, os povos indígenas, tornaram-se dependentes do Estado para suplantar as desvantagens assimétricas em relação a outros grupos, é o que defende antropólogos interacionistas brasileiros. Neste contexto, o antagonismo, típico dos povos tribais, é substituído por estratégias de negociações com representantes, agentes em instituições do Estado para mitigar os efeitos de ações negativas e possibilitar a reprodução social e persistência étnica. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre Estado e sociedades indígenas através da política eleitoral expondo a trajetória de tais interação e seus desenlaces. Para operacionalizar tal estudo tomaremos como exemplo a participação do povo Pataxó em processos eleitorais no extremo sul da Bahia. Os municípios do extremo sul da Bahia apresentam um evidente descompasso, entre a porcentagem de indígenas habitando em um município versus a representação parlamentar ou a ocupação no majoritário. Diante deste quadro pretende-se elucidar os obstáculos para a representação a nível local e as estratégias e mobilizações para suplantar tais obstáculos. É de interesse saber como a etnicidade aparece nestes

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

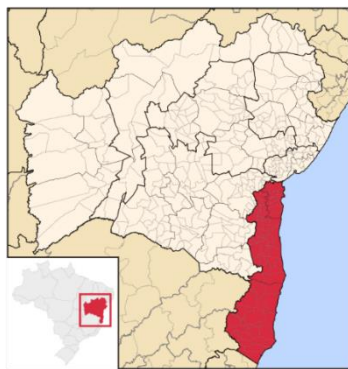
contextos e se a forma de fazer política do “branco” influencia na forma de fazer política no âmbito interno. Nos guiaremos por uma abordagem interacionista e mobilizacionista. Metodologicamente dispomos, como ponto de partida, de pesquisa bibliográfica e análise de material disponível na internet (matérias de jornais, lives, redes sociais, materiais de campanha e dados do TSE e TRE-BA).

Relações Interétnicas (Estado, sociedade e mercado) e protagonismo social.

De acordo com dados do censo do IBGE de 2010 o estado da Bahia tem a terceira mais numerosa população indígena autodeclarada, tendo o número total de 56.381. Atualmente este número ultrapassa os 60 mil, conforme afirmações da Associação Nacional de Ação Indigenista.

Vivendo em territórios coletivos, sob diferentes situações jurídicas, tem-se atualmente no estado, os povos: Atikun (Angical, Cotejipe, Curaçá, Rodelas, Santa Rita de Cássia e Sento Sé); Catuí Panká (Glória); Fulni-ô (Lauro de Freitas e Serra do Ramalho); Gueiah (Paulo Afonso); Imboré (Ribeirão do Largo); Kaimbé (Euclides da Cunha); kamakã (Ribeirão do Largo); Kambiwá (Rodelas); Kantaruré (Glória); Kapinawá (Serra do Ramalho); Kariri (Casa Nova); Kariri-Sapuyá (Jequié); Kariri-Xokó (Lauro de Freitas e Paulo Afonso); Katrimbó (Monte Santo); Kiriri (Banzaê, Barreiras, Muquém de São Francisco e Quijingue); Paneleiros-Mongoió (Vitória da Conquista); Pankararé (Glória, Paulo Afonso e Rodelas); Pankaru (Muquém de São Francisco e Serra do Ramalho); Pataxó (Eunápolis, Itamaraju, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia); Pataxó Hãhãhã (Alcobaça, Camacã, Camamu, Itaju do Colônia, Pau Brasil e Serra do Ramalho); Payayá (Utinga); Potiguara (Muquém de São Francisco); Tapuia (Muquém de São Francisco e Seabra); Truká (Paulo Afonso e Sobradinho); Tumbalalá (Abaré e Curaçá); Tupinambá (Belmonte, Buerarema, Eunápolis, Ilhéus, Itapebi, São José da Vitória e Una); Tuxá (Ibotirama, Muquém de São Francisco, Quijingue e Rodelas); Tuxi (Abaré); Xakriabá (Cocos); Xukuru-Kariri (Glória).

O sul baiano consiste na mesorregião com a mais numerosa e maior densidade populacional indígena no estado e é composto pelas etnias Pataxó, Pataxó Hã HãHãe e Tupinambás.



Nosso interesse recai mais especificamente micro região de Porto Seguro², ou, extremo sul, abrangendo os municípios: Alcobaça, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas, Vereda.

O grupo étnico predominante na microrregião de Porto Seguro é dos Pataxó.

Se formos adentrar pormenores etnográficos e principalmente histográficos constataremos que outros grupos étnicos estão aí amalgamados, como mostra diversos estudos. Um exemplo é artigo, intitulado História dos Pataxó no Extremo Sul da Bahia: Temporalidades, Territorializações e Resistências (2020), do historiador porto-segurense Francisco Cancela, o objetivo do trabalho é tecer elucidações, com base em documentos históricos e fontes orais sobre o processo de territorialização dos Pataxó. A primeira tarefa do autor foi desconstruir lugares comum sobre o pertencimento territorial dos Pataxó que está vinculado, no período no “descobrimento”, exclusivamente ao entorno do Monte Pascoal (acidente geográfico que é o marco do avistamento da *Terra Brasilis*), mostrando que o uso e ocupação do território extrapolavam esta faixa³. O autor, a partir das fontes já citadas, com foco no relato de viajantes, missionários, assim como documentos oficiais do século XVIII, esboça uma reconstrução do território ocupado pelos Pataxó neste mesmo período.

Estes dados coloniais, ainda que carregados de preconceito e pela lógica da própria colonização, permitem recompor o mapa da ocupação territorial Pataxó, definindo uma área descontínua que deslizava, de norte a sul, desde o rio Buranhém até o rio São Mateus. As serras, vales e leitos dos rios da região formavam os territórios mais comuns desse grupo indígena. Este território foi, desde o início da colonização, objeto da ambição colonial tanto por meio das entradas e bandeiras que buscavam pedras preciosas e peças de nativos para

² O Extremo Sul da Bahia é uma região que está classificada pelo Estado da Bahia sob duas vertentes: como um território de identidade, um projeto que o Estado elaborou para mapear sua diversidade cultural, e a outra classificação é dada através daquilo que a região produz nos principais setores da economia, sendo uma região econômica entre as quinze delimitadas pelo Governo da Bahia; segundo a classificação do IBGE para microrregiões, na Bahia, o município de Porto Seguro representaria toda essa área que é o Extremo Sul, existindo então a microrregião de Porto Seguro que abrangeria todos os municípios localizados no Extremo Sul do Estado (NETO, 2011).

³ O discurso de que os Pataxó habitavam exclusivamente o entorno do Monte Pascoal, foi constantemente usado por representantes de interesses antagônicos em impasses judiciais. Este mesmo argumento é amplamente reproduzido por segmentos da sociedade, nos municípios do extremo sul.

escravização, quanto por meio da expansão agrícola e da atividade madeireira que movimentou a economia regional por longo período. Ainda assim, os Pataxó conseguiram preservar o domínio sobre certo território, especialmente entre os rios Jucuruçu e Corumbau (CANCELA 2020, p.23).

No início as áreas de terras, consideradas sertão, foram poupadas, pois faziam barreira a possíveis interessados nas riquezas das minas gerais.

A criação de vilas nas proximidades do Monte Pascoal, mudou a configuração e as necessidades de terras para plantio de mandioca e vias para escoamento.

No início do século XIX, a guerra declarada contra os índios Botocudos, os quais mais conflitavam com a administração colonial e comerciantes, degenerou em perseguições e escravidão de indígenas de várias etnias, sob a justificativa de guerras justas.

Na área que corresponde ao extremo sul da Bahia e norte do estado do Espírito Santo, que antes pertencia ao estado da Bahia, viviam indígenas das etnias: Cumanaxó, Maxacali, Panhami, Botucudo/Aimoré, Menian, Camacã, Maconi, como consta em pesquisa de Francisco Cancela (2020). Além desses, tinha-se também os Tupiniquins na Vila de Trancoso e Vila Verde (ambos atuais distritos de Porto Seguro).

Em meados do século XX, o acontecimento mais marcante da memória coletiva do povo Pataxó, conhecido como o Fogo de 51, explica a dispersão geográfica deste povo para vários lugares do extremo sul da Bahia e do estado de Minas Gerais. Elucidando sumariamente este episódio declaradamente traumático para esta etnia, trata-se de uma sequência de fatos que inicia no ano de 1949 com a invasão dos grileiros às terras de Barra Velha (aldeia mãe), culminado no ano de 1951 com mortes, prisões, perseguições, expulsões, torturas e o incêndio das malocas da aldeia pelas tropas dos municípios de Porto Seguro e Prado, devido aos mal entendido ocasionado por forasteiros.

Em 1949 o capitão pataxó Honório Borges se deslocara ao Rio de Janeiro com o propósito de pedir providências ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contra a invasão da terra indígena. [...]Honório esteve com o Marechal Rondon e obteve dele a promessa de que algo se faria por sua gente (Agostinho, 1972, p. 62). De volta à Bahia, dois homens que o capitão Honório Borges conhecera no Rio de Janeiro genericamente designados tenente e engenheiro lideraram, conforme as evidências, um assalto a um comerciante do povoado de Corumbau. O assalto desencadeou revoltas que culminaram no que é localmente referido como o 'Fogo de 1951'. (ISA).

O integralista Arsênio Alves de Souza [comandante das forças policiais volantes da Bahia] aproveitou a situação para desencadear o terror contra os caboclos. Depois de tirotear a aldeia durante várias horas, **incendiou todas as casas**, aprisionou e espancou dezenas de homens, mulheres e crianças, levando-os para Caravelas. Os demais escaparam para a mata. O “capitão” Honório, homem de 85 anos, foi espancado a coice de fuzis até ficar desacordado. Não

houve possibilidade de resistência dos caboclos, que estavam desarmados. Alguns possuíam apenas espingardas de caça, de carregar pela boca. O assalto à aldeia não passa de um massacre com o objetivo de avançar a propriedade de grileiros sobre as terras dos caboclos que foram praticamente trucidados, ignorando-se o número de mortos e feridos (COSTA 2018).

As 250 casas existentes em Barra Velha no período foram incendiadas e muitos indígenas fugiram, e inicia-se então uma diáspora que explica a distribuição espacial das aldeias Pataxó atualmente.

Outro capítulo da desterritorialização é consequente das perseguições e expulsão dos Pataxó que viviam no Monte Pascoal pelos funcionários do IBDF (órgão antecessor do IBAMA) que faziam a gestão do Parque Nacional do Monte Pascoal⁴.

A partir da década de 90 do século XX, inicia-se uma série de processos de retomada dos territórios, dos quais foram expulsos em décadas anteriores.

Também a partir de 1997, os Pataxó do Extremo Sul desencadearam uma série de retomadas, a começar, em outubro, pela principal intrusão na Terra Indígena Coroa Vermelha, o que ensejou a imediata emissão da declaração de posse indígena dessa Terra pelo Ministério da Justiça e sua consequente demarcação e extrusão, concluídas respectivamente em 1998 e 1999. No mesmo ano retomaram a última área intrusada na Terra Indígena Águas Belas, que foi também demarcada. Em abril de 1998 ocuparam a Aldeia Velha - junto ao Arraial d'Ajuda, próximo à cidade de Porto Seguro - obtendo, com apoio do Ministério Público Federal (MPF), o imediato início dos estudos de identificação dessa Terra pela Funai, o que lhes permitiu a permanência aí até a garantia de sua posse definitiva por portaria ministerial, já no início de 2011. Em outubro de 1998 ocuparam o território da aldeia Corumbauzinho, estrategicamente localizado entre a já demarcada Águas Belas e o limite sul do Parque do Monte Pascoal, o que fez com que o MPF emitisse “recomendação legal” para que a Funai realizasse os estudos de identificação dessa Terra Indígena e, mais, revizasse os limites da Terra Indígena Barra Velha, oriunda do espúrio “acordo de partilha” do Parque em 1980 [...] A 19 de agosto de 1999, um dia após a criação pela Funai do Grupo Técnico para realização desses estudos, os Pataxó ocuparam enfim todo o Parque do Monte Pascoal, daí removendo a administração do órgão federal encarregado (Ibama). A isso se seguiram, até os anos iniciais da década seguinte, outra série de retomadas de áreas do tradicional território pataxó no entorno do Parque, desde Guaxuma ao norte até Cumuruxatiba ao sul - incluindo aí áreas de outro “Parque”, o “do Descobrimento” - sob comando da recém criada Frente de Resistência e Luta Pataxó e inspiração do respeitado líder Joel Brás. Apenas em 2008 foram concluídos e aprovados os estudos relativos à parte norte desse território, que ora se denomina Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, e em 2010 o Instituto Chico Mendes (ICMBio, novo órgão responsável pela gestão das unidades de conservação federais) capitulou enfim de sua pretensão de gestão exclusiva do Parque Monte Pascoal, aí intrusado (ANAÍ).

⁴ Criado durante a Era Vargas.

A partir dos anos 70 a região litorânea do extremo sul recebeu recursos governamentais para o incremento em infraestrutura, como a construção da BR 376. Neste mesmo período formou-se a comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, famílias foram atraídas pela prefeitura de Santa Cruz de Cabralia para venda de artesanato para turistas. Nos anos 90, os municípios do litoral do extremo sul, deram uma guinada econômica e demográfica ao receberem recursos públicos federais para o desenvolvimento do turismo, através do PRODETUR I. Neste período também aconteciam medidas de atração e facilitação de fixação de empresas privadas ligadas ao turismo, tanto pelo poder municipal como estadual. Resultante dessas medidas, a região consolidou-se como um dos principais destinos turísticos do Brasil, na modalidade turismo de massa. Conseqüentemente, a região recebeu uma grande quantidade de pessoas oriundas de outros estados e países. A venda de artesanato se consolidou como uma das principais fontes de renda dos Pataxó, que vendem os produtos nas praias ou em espaços específicos nas aldeias que possuem a atividade de receptivo turístico. A aldeia de Coroa Vermelha possui um centro comercial que é o maior e mais movimentado do município, que é chamado de Pataxopping.

Não é incomum notícias nos jornais locais ou circulando em redes sociais, de lideranças Pataxó pedindo providências aos poderes competentes, para melhorias de vias públicas, visando facilitar o fluxo de turistas e moradores. Como esta que aconteceu mediante a solicitação do cacique e vereador Renivaldo e do Secretário de Assuntos Indígenas Zeca Pataxó.

[...] Realizada pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) com o objetivo de corrigir o grave problema da erosão provocada pelas águas do mar, a intervenção atende a um pleito encaminhado pela Prefeitura de Porto Seguro, por meio da Secretaria de Assuntos Indígenas e do vereador e Cacique Renivaldo, lembra que a erosão já havia destruído grandes trechos da estrada, que é federal, provocando inclusive, vários acidentes. "O fluxo de veículos naquele trecho é muito grande, e além de turistas e moradores, essa obra vai beneficiar diretamente as aldeias próximas, como Reserva da Jaqueira, Novos Guerreiros, Mirapé e Coroa Vermelha", enfatiza Zeca Pataxó.

A aldeia de Coroa Vermelha passou por grandes transformações acompanhando o desenvolvimento de uma infraestrutura turística, sendo considerada hoje a segunda maior aldeia urbana do Brasil.

Os fluxos de novos moradores e turistas e a grande movimentação de dinheiro na região gerada pela nova configuração social e econômica, atraiu também a fixação de

cartéis de drogas na região, que se instalaram em áreas periféricas e em algumas aldeias, como a de Coroa Vermelha, e mais recentemente (em processo) nas aldeias de Barra Velha e Xandó, o que fez aumentar consideravelmente a violência na região.

Em 2005 foi criada a Guarda Indígena, por iniciativa dos mesmos, para tentar barrar o avanço da criminalidade na região. Conforme pesquisa de André Gondim do Rego “A Guarda Indígena foi criada pelo Conselho de Lideranças e Instituições da aldeia e sancionada pela comunidade em assembleia [...] Suas atribuições foram definidas no Decreto Interno que a criou e, posteriormente, regidas por Estatuto próprio. A mesma era composta por seis guardas, mais um chefe. Oficialmente não andavam armados, mas era de conhecimento geral que, para o combate ao tráfico, mantinham armas de fogo no veículo em que realizavam suas rondas” (2010, p.7). Mesmo obtendo êxito nas ações, as atividades da guarda foram suspensas, devido aos desentendimentos entre lideranças.

Quadro de experiências e vitórias em municípios do extremo sul

Diante de constantes episódios de protagonismo do povo Pataxó na luta por direitos étnicos e territoriais, com relações intensas com as instituições políticas e com a sociedade em diferentes épocas e com uma população numericamente crescente, configurando um expressivo percentual no conjunto total da população de seus respectivos municípios e ocupação de espaços, formula-se a questão de saber os motivos pelos quais o povo Pataxó não possui representantes eleitos diretamente para mandatos nos parlamentos de seus respectivos municípios.

Para suprir este mais básico questionamento, disporemos neste momento de levantamento simples empenhado na internet, em matérias de páginas na web sem discriminação de filtro e principalmente de análise de dados presentes no site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunal Regional Eleitoral do estado da Bahia – TRE/BA.

A pesquisa mostrou que, ao contrário do que se supunha inicialmente, já houveram experiência, pretéritas e atuais, de indígenas ocupando cargos no poder legislativo municipais de todas as cidades as cidades com território indígena, no recorte geográfico aqui contemplado (Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália).

Considerando pleitos eleitorais municipais no Brasil a partir da abertura democrática no final dos anos 80, tivemos eleições diretas nos anos de 1986, 1990, 1996, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020.

Um dos objetivos iniciais desta pesquisa era sondar nesses municípios casos de candidaturas e mandatos indígenas nos pleitos a partir da redemocratização em 1988. Porém, iremos nos limitar neste momento aos dados referentes às eleições dos anos de 2016 e 2020, mantendo a intenção de empreender o retorno ao propósito inicial em uma oportunidade próxima.

A seguir iremos apresentar dados da busca nas já citadas fontes, focando nos municípios que têm grande proporção territorial e populacional indígena: Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. De acordo com dados da FUNASA de 2010 a população Pataxó nesses municípios era do total de 11.436 pessoas. Porém estes dados encontram-se bastantes defasados, em vista do aumento populacional. Um levantamento feito pelas lideranças das aldeias Pataxó, indicam que o número atual é de aproximadamente 20.000, todavia não tivemos acesso a estes estudos.

Sobre estas eleições no recorte empírico aqui tratados, iremos considerar os dados encontrados nos sites do TSE e do jornal Estadão⁵.

A ficha de apresentação dos candidatos Ficha do Estadão apresenta quinze itens: Nome completo, nome do partido, coligação, cargo, cidade, situação, despesa máxima de campanha, idade, estado civil, cidade de nascimento, gênero, nº/partido, grau de instrução, ocupação e cor/raça. Daremos aqui uma atenção ‘especial’ aos quatros últimos itens.

Não consideramos somente o critério da autodeclaração, visto que muitos que nome (Índio, Caboclo, Caboco, Cacique, Pataxó) e foto de candidatura com diacríticos indígena (cocar e colares) se autodeclararam enquanto preto ou pardo.

Prado

No censo de 2010 a população estimada do município era de 27.627 e 28.058. De acordo com documento do ano de 2020, a população Pataxó do município é de aproximadamente 3.000, correspondendo a 15% da população⁶.

⁵ Noticiário de política nacional que fornece dados detalhados das eleições nacionais a partir do ano de 2018.

⁶ Carta das Lideranças Indígenas Pataxó, Indigenistas e Sociedade Pelo Direito à Proteção à Saúde e Dignidade do Isolamento Social na Terra Indígena de Comexatibá. 2020

Eleições de 2016

Em comparação aos anos de 2012 e 2020, as eleições de 2016 tiveram o menor número de candidatos (134).

Os partidos que apresentaram maior número de candidaturas foram: PP, PR e PMDB. O perfil predominante dos candidatos foi homens (69%), com estado civil casado, com ensino médio completo (39,55%) e autodeclarado pardo (48,51%).

Do quadro geral de candidatos, as ocupações indicadas, na ordem decrescente, foram: Outros: 35 26,12%, Servidor Público Municipal: 20 14,93%, Dona de Casa: 10 7,46%, Vereador: 8 5,97%, Agricultor: 7 5,22%, Trabalhador de Construção Civil: 5 3,73%, Aposentado (Exceto Servidor Público): 53,73%, Empresário: (5) 3,73%.

Os candidatos autodeclarados indígenas neste pleito foram: Loro (PATRIOTA); Valmir Pataxó (PCdoB), Gilbertinho (PMDB), Paulo Borracha (PR), Arisnando (PT), nenhum destes alcançando o status de eleito.

Eleições de 2020

Neste ano os candidatos indígenas representam o total de candidatos (188). Os candidatos foram: Caboco do Salão (REDE), Cacique Baiara (PCdoB), Creuza Pataxó (PSDB), Ingrid Pataxó (PCdoB), Jasciara Índia (REDE), Lukas Pataxó (PCdoB), Macarrão (PCdoB), Maria Pequena (PCdoB), Monildo Oliveira (PV), Pedro Braz (PCdoB), Valmir Pataxó (Cidadania) e Zeca Cacique (PCdoB). Deste elenco, somente Zeca Cacique foi eleito, com 338 votos válidos.

José Conceição de Jesus (Zeca Cacique) é o primeiro indígena eleito a vereador no município. Já tendo experiência cacique da aldeia Tauá, que pertence a T.I Cumuruxatiba. Em suas propostas de campanha e fala de posse, reafirmou a busca por melhorias para comunidades indígenas, como também para pescadores e outros povoados rurais.



Figura 1 Zeca Pataxó na cerimônia de diplomação como vereador. Fonte: SulBahiaNews.

Conforme as limitadas informações que obtivemos na internet o vereador eleito, não tem se restringido, ao seu município, fechando parcerias e atuando em conjunto, com políticos de cidade vizinhas na viabilização de melhorias para os indígenas das cidades vizinhas⁷. Consta também em fontes similares, apoio e incentivo a promoção da cultura Pataxó em parceria com a secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do município⁸.

Uma notícia de 24 de março de 2021, veiculada pelo Primeiro Jornal apresenta um grupo de indígenas (que são apresentados como caciques na matéria) de Prado, consagrando o vereador não-indígena, Brênio Pires (PODE) como representante Frente Pataxó na Câmara de Vereadores do Prado.

Porto Seguro

Em 2010 o censo do IBGE apontou uma população geral estimada de 126.929 em 2010 e 152.529 em 2021.

Pleitos anteriores/outros pleitos:

A primeira candidatura que se tem registro é de Adalto Pataxó em 2004 pelo PL e em 2008 pelo DEM. No mesmo ano tem-se a candidatura de Alfredo Índio pelo PHS, que anos adiante foi candidato a vice-prefeito pelo PT nas eleições de 2020.

2016

As candidaturas foram de Adalton Pataxó (PROS), Professor Josué (REDE) e Renivaldo Pataxó (PV). Tem-se no mesmo ano a candidatura de Alfredo Braz pelo DEM, que tem grandes chances de ser Pataxó, visto ser esse sobrenome relacionado a etnia, sendo uma das famílias mais numerosas entre os mesmos.

2020

Os candidatos indígenas neste pleito, foram: Alessandro Índio (PROS), Antônia Pataxó (REDE), Cacique Renivaldo (PCdoB), Ibutá Pataxó (PT), Pedro Pataxó (PT), Professor

⁷ Postagem de 1 de maio de 2021 da vereadora Elvacy, via facebook.

⁸ <https://osollo.com.br/secretaria-de-turismo-e-indios-pataxos-de-prado-se-reunem-para-consolidar-a-cultura-indigena-na-sede-do-municipio/>.8 de fevereiro de 2021.

Josué (PSL)⁹ e Tohõ Pataxó (PCdoB). Deste elenco, os três mais bem votados foram: Cacique Renivaldo, Ibutã Pataxó e Tohõ Pataxó.

Dos sete candidatos no pleito de 2020, dois possuíam ensino superior completo, um ensino superior incompleto, três ensino médio incompleto e um ensino fundamental incompleto. Dois se autodeclararam pretos, um pardo e os demais se autodeclararam indígena. Quanto à ocupação: uma artesã, um motorista, um estudante, um professor, três usaram a opção ‘outros’.

Renivaldo Braz Correia Filho, foi o primeiro indígena no município a ocupar uma cadeira na assembleia legislativa municipal através do voto direto, no pleito de 2016. Apesar de ter recebido o maior número de votos válidos entre os indígenas e com uma pontuação maior do que no pleito anterior (848), Cacique Renivaldo não alcançou a reeleição. No ano de 2016 foi eleito pelo Partido Verde – PV, mudou de legenda para o pleito de 2020, migrando para o PCdoB, partido escolhido pela maioria dos indígenas na região.

Oriundo da aldeia Imbiriba, que fica entre os distritos de Trancoso e Caraíva, Renivaldo Braz, foi cacique nesta. No ano de 2008, juntamente com cacique Ipê liderou uma ocupação, ocupação do posto da Fundação Nacional da Saúde Indígena (Funasa), na sede de Porto Seguro reivindicando melhorias em relação ao fornecimento de remédios, de transporte e da presença de médicos por tempo mais prolongado, pois quando este equipamento não funciona em Imbiriba têm que se deslocaram até Coroa Vermelha.

Em sua vida política enquanto vereador manteve e reforçou reivindicações para assistência médica para aldeias, que fosse não só pela Funasa, mas também pela Secretária de Saúde do Município de Porto Seguro. Entre os projetos de lei que apresentou durante o mandato tem-se: a proposta de levar uma creche para região de Itaporanga, região onde está localizada a aldeia Imbiriba e outros povoados. Este projeto se justifica, por ser esta região repleta de hotéis e condomínios, entre outros equipamentos do trade turístico, nos quais muitos indígenas prestam serviço. Além disso, tem o trabalho autônomo de produção e venda de produtos artesanais nas praias. Em entrevista para o canal do youtube “A voz do Extremo Sul”, Cacique Renivaldo fala que apesar dos empreendimentos luxuosos na região, a região de Itaporanga é formada por uma população carente. Acredita que a melhoria das estradas, que ligam as áreas turísticas, possa reverberar de forma positiva, na geração de renda através do artesanato entre a população de Itaporanga.

⁹ Autodeclarado pardo nesta eleição, mas autodeclarado indígena nas eleições de 2016.

Também propõe a construção de uma quadra de futebol para a localidade. A entrevista foi concedida em Brasília, onde o vereador havia ido para conseguir verbas para melhoria no município, em suas palavras.

A construção da creche foi conseguida no ano de 2019 em parceria com a Veracel (empresa de beneficiamento de eucalipto) e com articulação com a Secretaria de Assuntos Indígenas, além da creche, no mesmo projeto foi previsto a distribuição de Kits escolares para estudantes indígenas; uma Van para o transportes dos indígenas, que necessitam de fazer a obtenção de documentos pessoais, e, a garantia dos recursos para a realização dos Jogos Indígenas de Porto Seguro, que acontecerá em abril de 2020.



Cacique Renivaldo com a palavra¹⁰

Durante o mandato como vereador, assim como em sua atuação como cacique da aldeia Imbiriba, a melhoria de estradas e transportes e saúde consistiu nas pautas mais persistente:

– Senhor Presidente, quero agradecer a Prefeita Claudia Oliveira por atender o meu pedido, fez uma reunião com todas as lideranças para atender as demandas da região. [...] Senhor Presidente, eu gostaria que fosse criada uma comissão dos Vereadores para fiscalizar os Transportes Escolares – ônibus! É uma cobrança grande pela falta de atendimento por parte da Empresa Escolar que tem para com o povo – faz o que quer; pela falta de fiscalização do município. A prefeitura faz o seu papel cumprindo com pagamento, só que a empresa não faz jus o que tem feito, e quem sofre com isso são as crianças – alunos (Renivaldo Braz Correia Filho. Sessão ordinária da câmara municipal de 09 de agosto de 2018).

“[...] Quero que conste em ata Sr. presidente. Estou muito revoltado! Já perdi a conta do número de requerimentos que já encaminhei para resolver esta situação [...] a patrol já esteve três vezes aqui na região e não vai até Caraíva. Só vai até em frente à uma empresa de água mineral. Esses dias estava em

¹⁰ Postagem do facebook de 11 de setembro de 2017.

Itaporanga, quando fui procurá-la; sumiu na calada da noite. Só podem estar recebendo propina” (Cacique Renivaldo)¹¹

“A BA-001 está intrafegável, buracos, crateras; e só não teve ainda acidentes com vítimas fatais, devido à misericórdia de Deus”, pronunciou o vereador.

Nas eleições de 2020 a coligação denominada “Para Cuidar de Nossa Gente”, traz pela primeira vez um candidato indígena, concorrendo a um cargo no poder majoritário, no papel de vice-prefeito. Livia Bittencourt candidata a prefeita pelo PT, tem como vice, Alfredo Pataxó (PDC).

O programa de governo proposto pela chapa, contendo vinte páginas, mostra em seu texto de apresentação uma preocupação especial com os segmentos vulneráveis da população e os que se tornam vulneráveis, com uma série de desmonte de políticas públicas e com as crises sanitárias e econômica decorrente da pandemia de Covid-19.

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo federal. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresça cada vez mais nos municípios brasileiros[...]Nossa administração promoverá o bem-estar da população, privilegiando os investimentos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, desenvolvimento local, como o turismo e a agricultura. Pautaremos as nossas ações de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder, uma gestão aberta ao diálogo e à participação cidadã, atenta às reais necessidades da população e às dificuldades dos segmentos vulneráveis que estão desamparados diante da grave situação do país.

Entre diversas páginas que apresentam propostas para áreas como, assistência social, meio ambiente, direito à cidade, produção de alimentos: acesso a crédito, insumos e assistência, educação da creche ao ensino superior, saúde, cidade segura, cultura: nossas festas, tradição e patrimônio, esporte e lazer, turismo: articular e fortalecer a cadeia produtiva e gestão com eficiência, participação cidadã e transparência. Além desses, conta um tópico específico com propostas voltada para a população indígena da cidade.

11

“Parece que está recebendo propina”, afirma o vereador Cacique Renivaldo. Por Josemir Tadeu Fonseca On 30 Nov, 2018

[...] No nosso governo, iremos declarar a Década dos Povos Indígenas onde vamos articular as diversas políticas públicas capazes de garantir os direitos dos nossos povos originários, entre outras: Promover cursos e capacitações para membros de comunidades indígenas, buscando: o qualificar as suas organizações para elaborar e submeter projetos a editais públicos (de produtividade, de etnoturismo, de etnodesenvolvimento e de preservação ambiental); o aprimorar a capacidade de gestão comunitária, o associativismo e o cooperativismo, conforme as exigências tecno-burocráticas; Garantia da terra, englobando um conjunto de medidas relativas à regularização, à proteção e ao uso dos territórios; Criar e desenvolver mecanismos de mediação de conflitos fundiários envolvendo o povo indígena, com base no respeito aos Direitos Humanos e na sensibilização dos diversos agentes sobre a necessidade de promover, garantir e defender os direitos indígenas; Apoiar às atividades geradoras de emprego e renda acompanhadas da preservação dos recursos naturais e da promoção do conhecimento tradicional do povo indígena; Respeito à diversidade cultural do povo indígena na promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis e culturalmente aceitos, bem como a participação das respectivas comunidades no monitoramento de sua condição alimentar e nutricional. Realização de diagnóstico ambiental com participação indígena, visando uma gestão territorial efetiva e sustentável; Manejo sustentável, pelos povos indígenas, dos recursos naturais pertencentes a seu patrimônio. Criação da categoria de agentes indígenas ambientais. Promoção de pesquisas sobre o conhecimento tradicional de povos indígenas.

Alfredo Santana Ferreira é cacique da aldeia Boca da Mata, presidente do Conselho dos Caciques de Porto Seguro e coordenador de ação territorial Pataxó do CONAFER. Entre algumas informações que constam em sua ficha de registro no TSE, tem sua ocupação de motorista e grau de instrução ensino superior incompleto. No ano de 2008, candidatou-se como Alfredo Índio pelo PHS. Em suas páginas nas redes sociais, além da replicação do material de campanha, as postagens após período eleitoral, apresentam alguns assuntos que se repetem, como produção agroecológica e agroflorestal, agricultura familiar, produção de artesanato ecológico com fibras naturais, filiação de aldeias ao Instituto Pataxó de Etnoturismo. No final do ano de 2021, o cacique liderou um grupo de indígenas na construção de uma nova ponte e reformulação de acessos que foram destruídos, durante as fortes chuvas desse período.

Entre algumas postagens de campanha em suas redes sociais, entre os meses de setembro a novembro, tem-se como conteúdo propostas de governo, agendas de campanha, fotos de visitas a bairros, povoados e aldeias e alguns vídeos curtos e lideranças da etnia Pataxó de diferentes aldeias, declarando apoio a chapa Lívia e Alfredo e um vídeo de uma conversa entre Lívia e o ex-presidente Lula, no qual este fala sobre a importância de um candidato indígena em uma cidade com uma população de quase 12 mil indígenas. Durante a conversa, a candidata à prefeitura entregou o cocar de cacique Alfredo ao ex-presidente.

Em textos compartilhados em suas redes sociais, Alfredo mostra uma preocupação não apenas com a vertente indígena da população porto segurense, mas com os diversos segmentos que compõem esta sociedade.



A dois dias da eleição, a alta cúpula do PT da Bahia, através de Jacques Wagner (ex-governador do estado), se pronunciou, em nome também de Rui Costa (atual governador do estado), anunciando o pedido de desistência da candidatura de Livia e Alfredo para Porto Seguro. A justificativa dada foi que dois candidatos tinham a preferência na cidade e um era aliado ao atual presidente da república. A desistência serviria para a adesão da candidatura de outro aliado, Uldurico Júnior (PROS). Dessa forma foi abandonado compulsoriamente o projeto da chapa, o que causou inconformidade a muitos indígenas na cidade, que publicaram em suas redes sociais um sentimento de traição. "Eles perderam moral com os indígenas e com o movimento. Eles [Wagner e Rui] nos traíram, pois sabíamos que íamos governar Porto Seguro e, mesmo assim, nos deixou de fora. Vocês não dizem que são do povo? Precisam respeitar o índio, rapaz"¹², bradou o cacique Alfredo.

Santa Cruz de Cabralia

Conforme censo do IBGE (2010) a população total do município é de 26.264 da qual 17,5% é indígena.

2016

¹² Trecho retirado da matéria de 14 de novembro de 2020 do jornal "Muita Informação".

Entre 2008 e 2020 o ano de 2016 teve o menor número de candidatos a vereador no município de Santa Cruz de Cabralia. Os números gerais, foram de 115 candidatos aptos para 11 vagas, para as quais 8 foram reeleitos. A maioria dos candidatos eram filiados ao PSD. A ocupação mais aparente foi a de comerciante, seguida de servidor público municipal. Quanto à autodeclaração de cor/raça do total dos candidatos, 65% se autodeclararam pardos, enquanto 29% brancos, 11% indígena e 5% preto.

Dos candidatos autodeclarados indígenas, temos os nomes de Cacique Aruã (PCdoB), Indiara (PDT), Lucia Cabeleleira (PPL), Leno da Nova Coroa (PPL), Benedito Pataxó, Evanildo (PR), Mariza (PR), Josué (PSD), Guiu Pataxó (PSD), Lu da Associação (PT), Zeca Pataxó (PTN). Entre estes, dois candidatos possuem ensino superior completo, cinco possuem ensino médio completo, um ensino médio incompleto e três fundamental incompleto. Comerciante foi a ocupação mais frequente (5), seguida de artesão (3), vereador (1), pescador (1) e outros. Indiara e cacique Aruã alcançaram a eleição.

2020

Este pleito foi até o momento o que mais teve candidaturas de indígenas. Os nomes foram os seguintes: Abaité (PCdoB), Arapati Pataxó (PCdoB), Cacique Aruã (PCdoB), Có da Agricultura (PCdoB), Dica Pataxó (PCdoB), Guiu Pataxó (PSDB), Helenice Cancela (PCdoB), Irmão Bena (PCdoB), Janete Pataxó (PSD), Jaqueline Benfica (PCdoB), Indiara (PROS), Índia Iracema (PSC), Kayrana Pataxó (PP), Katão Pataxó (PCdoB), Kakau Pataxó (PSD), Missionária Celi Pires (PCdoB), Maria Aparecida (PV), Marclei Pataxó (PCdoB), Nadinho do Esporte (PCdoB), Soraia (PSD), Railson (PSC), Zé Ferreira (PCdoB).

Quanto ao grau de escolaridade, dos 21 candidatos a maioria (9) possuem ensino fundamental incompleto, seguido por ensino médio completo (6), fundamental completo (4), superior completo (2) e a opção lê e escreve (1). A ocupação que mais aparece entre os candidatos é a de artesão, sete indicaram ser artesão, seguido por servidor público municipal e estadual, dois empresários, um administrador, um vendedor, um professor, uma cozinheira, dois aposentados, e um optou por registrar em 'outros'. Vinte candidatos se autodeclararam indígenas e uma se autodeclara parda, porém em sua foto de candidatura, posa de cocar.

Do grupo de candidatos indígenas da cidade de Santa Cruz de Cabralia, Indiara, Soraia e Guiu, alcançaram a vitória. Os dois últimos são naturais de Porto Seguro. Indiara

é atualmente a vereadora mais bem avaliada do município e Soraia é a presidente da câmara.

Nascido no município de Prado, Cacique Aruã, mudou-se para o município de Santa Cruz de Cabralia quando criança para estudar na escola da aldeia de Coroa Vermelha, como fazem muitos pataxós oriundos de diferentes lugares do extremo sul. Antes de ir para Coroa Vermelha, seus pais viviam em um lugar chamado beija-flor que fica em área que hoje é a aldeia-mãe Barra Velha e o Monte Pascoal, sendo expulsos dali no contexto de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, uma vez que o citado lugar foi incorporado a área do parque. Fixaram-se então na região do Corumbau (divisa entre os municípios de Prado e Porto Seguro, pertencendo ao primeiro), lugar favorável à atividade pesqueira. Nos primeiros anos em Coroa Vermelha, Aruã e sua família, vendia doces e salgados nos festejos religiosos da região, passando a se dedicar anos mais tarde, a produção de artesanato para venda, à medida que a região tornava-se um dos principais destinos turísticos do Brasil.

Após conclusão do ensino médio, Aruã ingressou no ensino superior formando-se em bacharel em administração, seguindo para pós-graduação em gestão pública. Além disso, tem formação complementar em psicoterapia e terapias holísticas.

Foi entre os anos de 2004 e 2021 cacique da aldeia Coroa Vermelha. Em publicação de 27 de setembro de 2016, compartilha em sua página no facebook uma lista de projetos executados na aldeia Coroa Vermelha (até o ano da publicação), enquanto foi cacique. Na mesma postagem reconhece que sem a parceria de lideranças e instituições indígenas tais ações teriam sido mais demoradas. Entre os projetos elencados, estão: Assinatura do TAC - Termo de Ajustamento e Conduta; Construção de mais de 500 casas;

Construção de 200 pontos comerciais; Construção do Estádio Indígenas em Coroa Vermelha; Reforma de 150 casas; Calçamento de 27 ruas; Construção do Entrepasto de Pesca e aquisição de 02 embarcações; Construção do Espaço e Oca de Massoterapia Comunitária; Construção do Colégio Indígena Estadual e instalação do Ensino Médio e cursos profissionalizantes; Reforma e ampliação da Escola Indígena Municipal de Coroa Vermelha; Projeto Espaço e Território de Proteção de Crianças e Adolescentes; Construção de 04 conjuntos de monumentos; Construção de 02 quadras poliesportivas; Qualificação Profissional de 700 Jovens; Construção do Ateliê de Corte e Costura; Construção da Mini fábrica de Hortifrúti na Agricultura; Instalação de Energia Elétrica,

no Bairro Carajá e Agricultura; Apoio para instalação de Energia Elétrica na Aldeia Aroeira, Nova Coroa e ampliação de Mata Medonha.

Em 2012 alcança pela primeira vez a eleição para vereador na câmara municipal de Santa Cruz de Cabrália, da qual foi vice - presidente da mesma. Em 2016 tentou a reeleição, porém, mesmo alcançando um número de votos suficientes para alcançar a vitória, não conseguiu.

Suas ações durante o mandato de 2012-2016 foram publicizadas em suas redes sociais¹³, entre algumas, replicamos aqui estas:

Foi responsável pela indicação para criação dos projetos de lei: - Conselho municipal de direitos indígenas – projeto de lei nº. 003/2016; - Conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável – projeto de lei nº. 004/2016; - Conselho Municipal da Juventude – projeto de lei nº. 005/2016; - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM - projeto de lei nº. 007/2016; - Projeto lei nº. 010/2016 de Criação da Categoria e Plano de Carreira de Professor e Profissionais da Educação Escolar Indígena; -Plano Municipal de Enfrentamento de Violência e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes – requerimento nº 29/2015. Além disso, fez articulação (com o Estado) para ações e projetos nas áreas de habitação, cultura, educação, esporte; agricultura familiar; saúde e infraestrutura para comunidades indígenas e não indígenas em dezenas de cidades no estado.

Juntamente com o cacique Ramom Tupinambá, se lança pela primeira vez como candidato a deputado estadual do estado da Bahia em 2018, sendo os únicos candidatos indígenas ao cargo.

Nas eleições municipais de 2020, tentou novamente regressar à câmara de vereadores. Nesta campanha dispôs de campanha virtual, como forma de mitigar a redução das interações sociais como medida sanitária, adotadas devido a pandemia de COVID-19. Os conteúdos disponibilizados através de suas redes sociais e participações em lives, possibilitaram o acompanhamento de atividades de campanha em diferentes lugares. Neste ano, boa parte das publicações foram referentes a situação das comunidades indígenas nos extremos sul diante da pandemia, as barreiras sanitárias criadas pelas comunidades, considerando a vulnerabilidade de sua população em um lugar de grande circulação de pessoas. Entre os meses de setembro e novembro daquele ano, tinha recorrência postagens de lideranças das aldeias da região declarando apoio à

¹³ Publicado em 10 de setembro de 2018, durante a campanha para deputado estadual.

candidatura de Aruã. A agenda de campanha e debates eleitorais virtuais, também foram bastante compartilhados.

Atualmente é presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupiniquim do Extremo Sul – FINPAT e presidente do PCdoB em Santa Cruz de Cabrália. Para as eleições deste ano (2022), as organizações indígenas do estado da Bahia decidiram lançar uma candidatura indígena única à Assembleia Legislativa do Estado, e o nome escolhido foi o de Aruã. Em texto de 18 de agosto de 2022 para o lançamento da campanha, diz: “Agora, com mais experiência e disposição, chegou a hora de realizar esse sonho coletivo de ser o deputado estadual da inclusão, da luta contra o racismo e da defesa dos direitos indígenas. É a vez do guerreiro do povo”.

Seu slogan de campanha deste ano é ‘O guerreiro do povo’. Os de anos anteriores: “Índio na política para Renovação da Bahia” (2018), #Esse faz # Ele outra (2016).



Figura 2 Material Eleitoral. Fonte: Facebook de Caciue Aruã. Postagem de 02 de Outubro de 2016.

Suas campanhas políticas foram e são direcionadas à segmentos minoritários e excluídos da sociedade para os quais o candidato declara apoio e luta por seus direitos, como os indígenas, agricultores familiares, mulheres, juventude, negros, quilombolas, desportistas e outros grupos.

A articulação pela regularização fundiária de terras indígenas e de comunidades rurais aparece como uma bandeira de luta em todas as campanhas, assim como o fomento da agricultura familiar e do turismo sustentável. Outras propostas de campanha, apresentadas por sua assessoria como bandeira de luta, são: garantia dos direitos das comunidades indígenas; proposição de leis para garantia de ensino de qualidade e mecanismos de fiscalização; implantação de infraestruturas saúde de qualidade; lutar pela preservação do meio ambiente; lutar por mais recursos para segurança pública.

Percebe-se no teor do discurso de campanha que é ressaltado a qualidade do cumprimento das promessas de campanha, entre projetos e ações além dos previstos. São conquistas apresentadas em quantidades, sendo proporcionadoras de melhoria na vida das pessoas beneficiadas, como percebida na frase “Ele mostrou que o que ele promete ele faz”.

Outras características que são exploradas no marketing eleitoral como um diferencial no conjunto dos candidatos, é o fato de ser um candidato nativo, em um lugar onde muitos forasteiros chegam ao poder, como nas cidades turísticas, um nativo pertence aos povos originários, “Ser genuíno!” (como colocado em texto de campanha) tendo este de representação um grande potencial para mudanças no *status quo* “Índio na Política para Renovação da Bahia”.

Anterior às eleições municipais de 2012, 2016 e 2020, temos notícia de outros casos de Pataxó ocupando cadeira na câmara municipal em Santa Cruz de Cabrália, como Karajá Pataxó, e nos anos 90, Chico Índio.

Referências Bibliográficas

Carta das Lideranças Indígenas Pataxó, Indigenistas e Sociedade Pelo Direito à Proteção à Saúde e Dignidade do Isolamento Social na Terra Indígena de Comexatibá. direcionada ao MPF, FUNAI, Secretaria de Justiça, à Comissão de Direitos Humanos. 2020.

CANCELA, Francisco. **História dos Pataxó no Extremo Sul da Bahia: Temporalidades, Territorializações e Resistências.** Revista Abatirá. UNEB. 2020.

CERQUEIRA NETO, Sebastião P. G. de. **Um recorte geográfico sobre as contradições do desenvolvimento do extremo sul da Bahia.** 2011.

REGO, André Gondim do. **Questão de legitimidade envolvendo a Guarda de Coroa Vermelha.** Anpocs. 2010.

SANTOS, Andriolli. **Fogo de 51 – conheça detalhes sobre o massacre que marcou a história dos pataxó no sul da Bahia.** 2018. <https://coleccionadordesacis.com.br/2018/11/19/fogo51/>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

Referências Digitais.

<https://portosegurotur.com/noticia/sectur-participa-de-reuniao-sobre-o-fundo-de-turismo/>. Acessado em 19 de agosto de 2022.

Programa de Governo da Coligação pra Cuidar da Nossa Gente. Porto Seguro. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/PB/19020/426/candidatos/150000670481/pje-9787d179-Proposta%20de%20governo.pdf. setembro de 2020. Acessado em 19 de agosto de 2022.

"Eles perderam moral com os indígenas", dispara cacique sobre pressão de Wagner e Rui para desistência de candidatura do PT em Porto Seguro. (<https://muitainformacao.com.br/post/21655--eles-perderam-moral-com-os-indigenas-e-com-o-movimento---dispara-cacique-alfredo-santana-sobre-pressao-de-wagner-e-rui-para-desistencia-de-candidatura-do-pt-em-porto-seguro>). Acessado em 15 de agosto de 2022.

Entrevista com o Vereador Cacique Renivaldo. https://www.youtube.com/watch?v=ZvU0ryK7kFU&ab_channel=AVOZDOEXTREMOSUL. Acessado em 15 de agosto de 2022.

Prado tem o primeiro cacique indígena diplomado vereador de sua história. <https://www.sulbahianews.com.br/prado-tem-o-primeiro-cacique-indigena-diplomado-vereador-de-sua-historia/>. Acessado em 15 de agosto de 2022.